



## CNTV se reúne com Banco do Brasil para cobrar cumprimento de CCT e evitar precarização do trabalho



A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) se reuniu nesta segunda-feira, 11 de agosto, com a direção do Banco do Brasil para cobrar o cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) nas licitações de serviços de segurança e vigilância realizadas pelo banco.

A principal preocupação da entidade é com a adoção, em novos editais, de jornadas parciais (24, 26 ou 30 horas semanais), o que permite a contratação de vigilantes com jornadas reduzidas de 4 ou 6 horas diárias, salários proporcionais e, conseqüentemente, sem os benefícios garantidos nas CCTs.

Essa prática, já identificada em estados como Bahia e Distrito Federal, fere diretamente os direitos da categoria, resultando na exclusão de benefícios como piso salarial, adicionais, gratificações, plano de saúde e as jornadas normativas da categoria, como 12x36 ou 8h48 (5x2). Além disso, a CNTV denuncia que empresas estão substituindo vigilantes mensalistas – muitos com 15, 20 ou até 30 anos de atuação no Banco do Brasil – por trabalhadores em regime precário, e em alguns casos, recontratando os mesmos profissionais em condições desvantajosas. Isso representa um prejuízo moral e material significativo, inclusive para trabalhadores que estão próximos da aposentadoria, comprometendo diretamente esse direito.

Durante a reunião, os representantes da CNTV, acompanhados por dirigentes sindicais da Bahia e do DF, destacaram que é inaceitável que o Banco do Brasil e as empresas terceirizadas submetam os vigilantes a condições que ferem sua dignidade profissional e pessoal. Também foram apresentadas denúncias de assédio moral na área de monitoramento do banco, com sugestão de criação urgente de um protocolo de enfrentamento a essas situações.

A Confederação reiterou o pedido de criação de um Grupo de Trabalho (GT) permanente entre a CNTV e o Banco do Brasil, com o objetivo de discutir e buscar soluções para os problemas enfrentados pelos trabalhadores da segurança privada nas agências. O banco ouviu atentamente as denúncias, afirmou que irá notificar as empresas terceirizadas sobre as irregularidades apontadas e solicitou o prazo de até 20 dias para apresentar respostas



concretas.

As principais reivindicações apresentadas pela CNTV foram: o fim das jornadas parciais com salário proporcional e sem benefícios das CCTs; a recontração dos vigilantes mensalistas demitidos; notificação e responsabilização das empresas que adotam práticas ilegais e degradantes; a retomada do GT entre Banco do Brasil e CNTV; e a eliminação de práticas de assédio moral no ambiente de trabalho.

Participaram da reunião: o deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante (PT/DF); a deputada federal Erika Kokay (PT/DF); o presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (FETEC-CUT/CN), Rodrigo Brito; o presidente da FITRAVIG e vice-presidente do Sindesv/DF, Melquisedeques Marques; o advogado do Sindesv/DF, Allan Rodrigues; o diretor da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes da Bahia, Paulo Brito; o diretor da CNTV e presidente do Sindesv/DF, Paulo Quadros; o diretor da CNTV e do Sindesv/DF, Florismar Vilarindo; e a assessora da CNTV, Jacqueline Barbosa.

A CNTV reafirma seu compromisso com a defesa intransigente dos direitos da categoria, da valorização dos vigilantes e do combate à precarização do trabalho.

**Juntos somos um só.**

Fonte: CNTV

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo



www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF